

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUANA DA SILVA OLIVEIRA

**ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS:
POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PARA O
QUILOMBO BEIRA CAMPO EM SARANDI-RS.**

ERECHIM

2025

LUANA DA SILVA OLIVEIRA

**ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS:
POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PARA O
QUILOMBO BEIRA CAMPO EM SARANDI-RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Graduada.

Orientador: Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior

ERECHIM

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Oliveira, Luana da Silva

ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS: :
POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PARA O
QUILOMBO BEIRA CAMPO EM SARANDI-RS. / Luana da Silva
Oliveira. -- 2025.
49 f.:il.

Orientador: Doutor Halferd Carlos Ribeiro Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Erechim,RS, 2025.

1. Quilombo. 2. Educação Quilombola. 3. Resistência.
4. Identidade. I. Ribeiro Junior, Halferd Carlos,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.


LUANA DA SILVA OLIVEIRA

**ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS:
POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PARA O
QUILOMBO BEIRA CAMPO EM SARANDI-RS.**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Graduada.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 17/07/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **HALFERD CARLOS RIBEIRO JUNIOR**
Data: 09/12/2025 14:53:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL ROSA GRITTI**
Data: 15/12/2025 21:22:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **RENAN SANTOS MATTOS**
Data: 09/12/2025 14:56:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renan Santos Mattos – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho às minhas irmãs, Suélen e Érica. Sem o Sol e as Estrelas, não faria sentido ser a Lua.

AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, agradeço a Deus pela fidelidade e bondade nessa trajetória acadêmica.

Agradeço aos que vieram antes de mim e caminharam primeiro. Acredito que nada é feito sozinho, mesmo que momentos em solitude sejam necessários. Todos os afetos até aqui são indispensáveis.

Agradeço aos meus avós maternos Noé Fernandes da Silva e Alair dos Santos da Silva e aos paternos Josue Marques de Oliveira e Sueli Lima de Oliveira (em memória). Sem estes, faltaria determinação e amor, não saberia apontar o que é afeto sem os abraços, risadas e escutas.

Agradeço aos meus tios que sempre acreditaram em mim e encheram minhas vivências de confiança, pois me viam como uma menina esforçada e dedicada.

Agradeço aos meus pais que lutaram até aqui para que eu pudesse trilhar essa jornada, a minha mãe Luciana Silva de Oliveira que abdicou de algumas vivências para me proporcionar presença na infância e principalmente mostrar que tenho um lar. Ao meu pai, Edevaldo Lima de Oliveira, que percorreu o caminho da continuidade e me mostrou como traçar da mesma forma.

Agradeço as minhas irmãs Suélen Silva de Oliveira e Érica Raquel Silva de Oliveira pontos fundamentais para que eu continuasse e chegasse até aqui sem elas não haveria tanta determinação para alcançar de alguma forma locais que não foram feitos para estarmos a vocês todo meu amor.

Agradeço aos amigos e colegas que me acompanharam até aqui tanto em uma segunda-feira meio nublado como num Sábado ensolarado por suas permanências resisti aos dias maus e comemorei os dias bons.

Em especial, agradeço a minha amiga Samira Ribeiro que me mostrou como o amor é bonito e a importância de ter ele na caminhada acadêmica, nos dias bons, maus e aqueles que pareciam amenos passei feliz porque estava ali.

Ao meu amigo Eduardo Soares que também esteve presente nessa trajetória ouvindo minhas lamentações e se fazendo presente sem dúvidas marcou sua passagem como uma das mais importantes até aqui.

Agradeço também ao Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior que teve paciência e dedicação ao me orientar neste trabalho além dos importantes ensinamentos dentro de sala de aula a respeito da educação sem eles não seria possível nem sonhar com essa pesquisa.

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE; ROMEU, J. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2020, p. 32).

RESUMO

O presente trabalho consiste em abordar a Educação Escolar Quilombola e suas possibilidades de implementação no município de Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul, com foco na comunidade quilombola Beira Campo. A pesquisa baseou-se na análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e diálogos com a Secretaria de Educação, obtendo conhecimentos a respeito do Projeto Político Pedagógico (PPP) e diálogo com a comunidade quilombola a respeito de suas vivências, onde foi possível identificar o desejo coletivo por uma educação que pautasse a resistência, identidade e autoafirmação do quilombo no município. Apesar das dificuldades ainda enfrentadas pelo movimento quilombola em busca de uma educação que valorize sua memória e território, a pesquisa mostra que, se ocorresse sua efetivação, proporcionaria à comunidade Beira Campo uma ferramenta de resistência e garantia de direitos tanto na educação como no território. Conclui-se que a construção dessa proposta deve envolver o poder público, a comunidade escolar e a comunidade quilombola com ações que cumpram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Palavras-chave: Identidade, Resistência; Educação quilombola; Sarandi/RS .

ABSTRACT

This study aims to address Quilombola School Education and its possibilities for implementation in the municipality of Sarandi, in the state of Rio Grande do Sul, with a focus on the Beira Campo quilombola community. The research was based on an analysis of the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education and dialog with the Department of Education, gaining knowledge about the Political Pedagogical Project (PPP) and dialog with the quilombola community about their experiences, where it was possible to identify the collective desire for an education that is based on the resistance, identity and self-affirmation of the quilombo in the municipality. Despite the difficulties still faced by the quilombola movement in the search for an education that values their memory and territory, the research shows that, if it were to come to fruition, it would provide the Beira Campo community with a tool for resistance and guaranteeing rights in both education and territory. The conclusion is that the construction of this proposal must involve public authorities, the school community and the quilombola community in actions that comply with the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education.

Keywords: Identity, Resistance; Quilombola education; Sarandi/RS .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização da Linha Beira Campo	25
Figura 2 – Mapa da localização do Quilombo Beira Campo	26
Figura 3 – Presidente e Vice Presidente da comunidade Quilombola Beira Campo	27
Figura 4 – Participantes do 4º encontro do Grupo Quilombola Beira Campo	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de comunidades certificadas, famílias e pessoas por região.	23
Tabela 2 – Número de alunos no ensino fundamental, oriundos do quilombo e da EMEF Pe. Luiz Vigna.	29
Tabela 3 – Roteiro da conversa realizada com os líderes da comunidade quilombola Beira Campo.	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CTG	Centros de Tradição Gaúcha
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DO PASSADO AO PRESENTE: UM BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS.	18
3	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	31
3.1	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS POSSIBILIDADES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA BEIRA CAMPO	39
3.2	EDUCAÇÃO E ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXO A – Roteiro de Perguntas.	47
	ANEXO B – Carta de autorização da entrevista realizada	48

1 INTRODUÇÃO

O processo de escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso foi construído com o tempo. O primeiro contato com a ideia de trabalhar com um quilombo ocorreu após a realização de uma cadeira no curso de História-licenciatura na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim, em que tratava a respeito dos remanescentes de quilombo, que oportunizou aos discentes conhecerem as comunidades existentes no estado do Rio Grande do Sul. Foi assim que conheci a comunidade quilombola Beira Campo da cidade de Sarandi, de onde sou natural. No momento em que tive esse conhecimento, fiquei me perguntando o porquê de não ter noção da existência desses remanescentes e, então, surgiu a inquietação de conhecer a comunidade e sua atuação no município.

Os primeiros passos para a construção da problemática desta pesquisa surgiram a partir da vontade de trabalhar com a comunidade quilombola Beira Campo, localizada no município de Sarandi, ao norte do Rio Grande do Sul, independentemente do assunto, pois eu queria que, de alguma forma, a comunidade tivesse uma pesquisa que a tornasse visível dentro da academia. Devido ao tempo disponível para a realização da pesquisa e à necessidade de fazer um recorte analítico, escolhi a educação como ponto principal para o início do diálogo com a comunidade. Assim, os objetivos desta monografia estão ligados à educação e à comunidade quilombola. Ou seja, o objetivo é conhecer a unidade escolar e as práticas políticas pedagógicas do município de forma exploratória, sempre considerando as diretrizes curriculares da educação escolar quilombola e as possibilidades que ela oferece ou poderia oferecer aos alunos: identificação, afirmação de território, autoconhecimento em relação à comunidade quilombola e reconhecimento de sua existência e resistência no município.

As comunidades de remanescentes de quilombo resistem ao fortalecer alguns pontos, como território, representatividade, memórias coletivas, festejos, cultura, religião e educação. Dessa forma, emerge a questão central desta pesquisa: como o Quilombo Beira Campo continua resistindo e existindo em um município no norte do Rio Grande do Sul? Essa região é marcada pela política de embranquecimento implementada no Brasil desde o final do século XIX, forjando um lugar em que o preconceito racial ainda é latente. Diante disso, quais são as possibilidades dentro da educação para difundir o reconhecimento do quilombo na comunidade do município?

Considerando que são diversos os assuntos que podem ser abordados ao trabalhar com um remanescente de quilombo, especialmente no que se refere à permanência desses grupos e à sua identificação e autoafirmação, o recorte desta pesquisa considera um interesse particular pela educação. Assim, o trabalho fará indagações voltadas para o ensino, questionando como é realizada a prática educacional na escola que recebe alunos da comunidade quilombola Beira Campo.

A inquietação desse projeto está relacionada à educação quilombola e às suas possibilidades para os alunos do quilombo Beira Campo, considerando suas realidades. O historiador Dominique Julia (2001) mostra a importância da cultura escolar dentro da comunidade e como ela afeta os educandos que recebem ou não um ensino pensado no contexto escolar e em sua comunidade. Os autores Faria, Almeida e Silva (2022) também destacam a importância desse aspecto:

O crescimento do educando é percebido quando este compreende o ambiente que o cerca, tornando-se sujeito ativo do mesmo, desenvolvendo o respeito, a admiração e a solidariedade com os demais que partilham da caminhada educativa, onde passa a desenvolver-se em prol do outro, compreendendo-o como parte integrante importante para a sua caminhada (p.341).

As indagações continuam no momento em que olhamos para a Resolução N°8, de 20 de Novembro de 2012¹, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, além da Lei n°10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, também observando as pautas da educação antirracista e étnico-racial que ganham cada vez mais visibilidade dentro do processo de ensino. Pergunto-me como essas pautas estão sendo trabalhadas na unidade escolar do município de Sarandí que atende os estudantes oriundos do Quilombo Beira Campo? Minha intenção é indagar como a comunidade negra e os remanescentes de quilombos são tratados no processo de ensino-aprendizagem na escola.

Para responder ao meu questionamento, foi necessário dialogar com a comunidade quilombola Beira Campo e com a unidade escolar que os recebe, pois segundo as diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola, a implementação do currículo deve ser feita em escolas que estejam na comunidade quilombola ou escolas que recebem alunos oriundos do quilombo, como consta no Art. 1° da resolução no item IV:

¹Resolução CNE/CEB 8/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26.

IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas; (Brasil, 2012, p. 3)

É importante pontuar que nos dois casos, é necessário que seja concedido a esses estudantes aulas que produzam representatividade e reconhecimento da história dos remanescentes de quilombo, seja através da memória coletiva, das práticas culturais e religiosas, festejos do calendário, entre outras pautas. Com esses conhecimentos e visando responder às inquietações da monografia primeiramente foi necessário apontar onde estaria essa escola que se encaixa nas diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola.

Dessa forma, em diálogos com os líderes do Quilombo Beira Campo, questionou-se se havia uma escola na comunidade. Eles afirmaram que havia a Escola Municipal de Ensino Fundamental Angelina Zanonato, cujo ensino era voltado apenas para a educação infantil e séries iniciais. Nos seus primeiros anos, a escola estava atrelada à estrutura administrativa do estado, mas acabou sendo municipalizada. No entanto, foi desativada em 2006, com a justificativa de insuficiência de alunos, o que levou aqueles que dependiam dessa unidade escolar a serem deslocados para um novo local. Com essa informação e a confirmação desses pontos por meio das fontes obtidas na Secretaria Municipal de Educação do município de Sarandi, foi possível identificar a escola que atualmente recebe os estudantes do quilombo Beira Campo. Com ela, trabalhamos para responder às indagações que deram início à pesquisa.

Para tanto, a monografia em questão utilizou metodologias de pesquisa voltadas para o levantamento analítico e a pesquisa de campo. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com líderes e moradores do quilombo Beira Campo para conhecer a história de resistência da comunidade e a educação à qual ela tem acesso. Já para investigar a realidade da unidade escolar, foram feitas entrevistas com agentes educadores para conhecer o currículo educacional. Também foram analisadas as entrevistas, o currículo escolar e os eventos ocorridos nas unidades da comunidade quilombola e escolar.

A monografia está dividida em dois capítulos. No primeiro, são apresentados os debates que propiciaram a construção do conceito de remanescentes de quilombos. Por meio da história oral e das memórias dos entrevistados da comunidade quilombola Beira Campo, apresentamos sua história, sua atuação e sua resistência no município de Sarandi (RS).

O segundo capítulo aborda as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica, além de tratar da educação antirracista e étnico-racial e de como essas três formas de ensino podem gerar identidade e colaborar para a autoafirmação, empoderando os estudantes remanescentes de quilombo em contato com essas práticas. Além disso, o capítulo aborda a realidade escolar vivenciada pela comunidade quilombola por meio de questionamentos e da análise de cadernos e do currículo escolar, buscando compreender o aprendizado ocorrido na escola, o tratamento vivenciado no dia a dia dos estudantes quilombolas e a produção de pertencimento, identificação e autoafirmação.

Portanto, o principal objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é investigar como a escolarização contribui para o fortalecimento da identidade quilombola dos estudantes.

2 DO PASSADO AO PRESENTE: UM BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

Neste capítulo será abordado o processo percorrido pelos remanescentes de Quilombo em busca de seu reconhecimento no país, pois o objetivo é que possamos conhecer a comunidade quilombola Beira Campo-RS, portanto é necessário conhecer a trajetória das lutas enfrentadas pelas comunidades de remanescente de quilombos do passado até a contemporaneidade.

Segundo o site da Fundação Cultural Palmares em sua última atualização², no Brasil existem 3.190 comunidades de remanescentes de quilombos certificadas, sendo que algumas se encontram no processo de análise, esperando visitas técnicas, e outras estão na fase da complementação da documentação necessária para obter sua certificação também.

O processo de certificação garantida pelo Estado iniciou-se primeiramente devido à implementação da constituição de 1988, o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (Brasil, 1988) apontou que “eram passíveis de titulação as terras de remanescentes de comunidades de quilombo” (Fiabani, 2005, p. 360), ou seja, a garantia aos remanescentes das comunidades dos quilombos ao reconhecimento do direito às terras, prevendo a emissão de seus respectivos títulos de posse. Porém, o ponto inicial da discussão não era destinado para tratar a respeito da titulação dessas terras, mas sim uma discussão relacionada ao patrimônio cultural brasileiro. Assim sendo, no momento da discussão do artigo, não houve a participação essenciais daqueles a quem se endereçavam os direitos. O autor Fiabani ao dialogar com Oliveira Jr. (2005, p.360) destaca esse ponto:

Visto que o texto do artigo 68 do ADCT originou-se das discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro, que estão na base dos artigos 215 e 216 do Corpo permanente da Constituição, em verdade, “os remanescentes de comunidades de quilombo não se fizeram presentes, em momento algum do processo constituinte”.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ocorreu durante o centenário da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país, ou seja, segundo Fiabani (2005), antes das comemorações que ocorreram em relação ao centenário, importantes estudos a respeito da escravidão foram realizados. Com isso, era de se esperar que, através da promulgação do artigo 68, seria possível dar um grande passo para a construção de uma

² Certificação Quilombola. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protacao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

reparação histórica para os remanescentes de quilombos. Assim sendo, “O momento era, portanto, propício às mudanças” (Fiabani, 2005, p.358).

No primeiro momento da promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não houve debates ou discussões sobre quem seriam esses remanescentes de quilombo. Para os presentes, ficou claro que:

Não havia dúvida sobre o que se considerava como remanescentes - aquilo que restou - de quilombos. Segundo Oliveira Jr, tratava-se de “quilombos antigos, dos quais haja permanecido uma população a ocupar suas terras ainda hoje” (Fiabani, 2005, p. 360).

Porém, com a necessidade de garantir os direitos dessas comunidades, há uma ascensão nos debates e nas pesquisas sobre o assunto, pois, para um grupo, fica questionável o que seria um remanescente de quilombo. Isso traz uma limitação no entendimento para aqueles que não acompanhavam as reivindicações das comunidades negras. Por isso, é importante conhecer as movimentações e lutas das entidades ligadas ao movimento negro, que sempre reivindicaram seus direitos e pautaram a questão dos remanescentes de quilombo. Um exemplo foi a Convenção Nacional do Negro, em 1986. Como nos lembra Áxsel Batistella de Oliveira:

No ano de 1986, houve a Convenção Nacional do Negro, momento no qual foi debatido o tema “O Negro e a Constituinte”. Nesse evento, seriam elaboradas as necessidades basilares a serem levadas para a Assembleia Nacional Constituinte e nela participaram cerca de 63 entidades da sociedade ligadas à luta negra e aos movimentos sociais negros, resultando em um total de dez propostas, sendo uma delas: 9. Acesso à terra: garantia do direito de propriedade do solo urbano às populações pobres; garantia do título de propriedade da terra às Comunidades Negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano, quer no meio rural; desapropriação de imóveis improdutivos. (Oliveira, 2020, p.58)

Num primeiro contato com as palavras "quilombos" e "quilombolas", nosso imaginário as correlaciona aos escravos fugidos. Dessa maneira, a ideia de que os remanescentes são apenas aqueles que continuam na terra onde se encontrava um quilombo se torna dominante. Em sua obra, José Maurício Arruti (2009) menciona o que seria um quilombo nas legislações colonial e imperial:

“...na legislação colonial, para caracterizar a existência de um quilombo bastava a reunião de cinco escravos fugidos ocupando ranchos permanentes, mas, depois, na legislação imperial, bastavam três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes” (Arruti, 2009, p.104).

Com isso, pode-se interpretar que o quilombo está ligado apenas ao passado escravista do país e às terras em que se encontrava. Porém, é importante ressaltar que, segundo Fiabani (2005), a respeito dos quilombolas, mais comumente eles não criavam vínculos com a terra, pois protegiam mais a sua liberdade. Ou seja, associar um quilombo apenas à terra poderia ser prejudicial no momento de definição de um remanescente de quilombo, pois alguns quilombos mudavam de lugar quando aparecia algum reescravizador. É nesse contexto que surgem debates sobre quem são os remanescentes. Para compreender melhor esse tema, o autor Fiabani (2005) dialoga com vários pesquisadores, entre eles a antropóloga Ilka Boaventura Leite.

Para os remanescentes de quilombo, "a terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de vida dessas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define". Para a autora, são as experiências coletivas, suas histórias de resistência que os definem como pertencentes à comunidade. Mesmo que essa resistência tenha se efetivado após 1888 (Fiabani, 2005, p. 379).

De acordo com esse argumento, o quilombo não fica apenas ligado ao passado escravista do país, mas sim à população negra que resistiu e ainda resiste buscando seus direitos como remanescentes de quilombola. Dessa forma, a palavra quilombo passa a ser ressignificada. Arruti (2009) em sua obra menciona as três principais formas dessa ressemantização, sendo elas: quilombo como resistência cultural, vinculação à resistência política e "O terceiro plano de ressemantização do quilombo é operado pelo movimento negro que, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da 'resistência negra'." (Arruti, 2009, p. 106).

Ainda nesse processo de ressemantização, os quilombolas começam a ganhar alguns adjetivos ao serem abordados:

Seja por meio da fórmula legal que lança mão de "remanescentes", ou das tentativas de ajuste desta, por meio de "contemporâneos". Seja ainda por que são necessárias distinções entre estes, quando se usa "urbanos" ou "rurais". Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de "agrícola", "extrativista", "nômade" etc. Ou, finalmente, quando se fala em "históricos", de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em "quilombos históricos" tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os "quilombos contemporâneos" (Arruti, 2009, p.102).

Como podemos ver, esse debate traz novas perspectivas sobre os quilombos e pontuar esses adjetivos se faz importante, pois assim pode-se compreender como as comunidades de remanescentes enfrentam pontos significativos para mostrar que existem e resistem no país, seja qual for o adjetivo que irá legitimá-los. Ainda utilizando os diálogos que Fiabani faz em

alguns momentos com diversos pesquisadores a respeito dos remanescentes em sua obra, a presente pesquisa utilizará novamente os diálogos entre Fiabani (2005) e a antropóloga Leite (1999) e a nova leitura que a mesma faz a respeito das comunidades:

Na nova leitura da antropóloga, que parece incorporar todo e qualquer fenômeno de cunho afro-brasileiro, o quilombo passaria a ser qualquer “forma de organização, luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”. Nesse sentido, na atualidade, o quilombo “significa [ria] para essa parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado” (Fiabani, 2005, p.377).

Assim, o quilombo não está ligado apenas à memória escravista do país. É necessário evocar as resistências feitas pela comunidade negra ao longo do tempo na busca pelo direito de serem reconhecidos, seja como remanescentes de quilombos urbanos ou rurais, extrativistas, nômades etc. Eles permanecem lutando pelo seu lugar de importância na história do país, seja ela passada, presente ou futura.

Ao observarmos alguns dos debates (OLIVEIRA, 2020; FIABANI, 2005; ARRUTI, 2009 e LEITE, 1999) sobre o assunto apresentados nesta monografia, adotamos o conceito de "quilombo contemporâneo" ao retratarmos a comunidade remanescente do quilombo Beira Campo, no município de Sarandi (RS), pois a entendemos como uma resistência dentro do município, que em alguns momentos passa por preconceitos que visam deslegitimá-la como remanescente de quilombo.

Segundo Mário Maestri (2006), “Como no resto do Brasil, o Rio Grande do Sul conheceu uma grande quantidade de quilombos”. O quilombo utilizado na pesquisa está localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Por meio, de uma pesquisa bibliográfica apresentaremos as principais temáticas e conclusões sobre os estudos da presença do negro no estado do Rio Grande do Sul.

Devido à dinâmica cultural marcada pelo processo político de embranquecimento implementado pelo Estado brasileiro entre os séculos XIX e XX, que buscava tornar o país mais branco por meio de uma "mestiçagem redentora", alcançada graças à implementação de políticas públicas relativas à imigração e à crença de que a seleção natural estaria agindo no sentido de um progressivo branqueamento da população brasileira. (Silva, 2018, p. 145), criou-se a falsa compreensão de que não há presença negra no Rio Grande do Sul, o que gera um apagamento epistemológico e guetização social. Muitas pessoas imaginam que o estado é

constituído em sua maioria por descendentes de imigrantes alemães e italianos, excluindo os negros.

Regina Célia Lima Xavier pontua sobre o processo e a idealização de um apagamento do negro no estado gaúcho:

Este debate repercutiu de forma importante em obras de intelectuais sul-rio-grandenses que não hesitariam em construir a imagem de um Rio Grande do Sul eminentemente branco, superior, com feições européias, potencialmente preparado para desenvolver-se de acordo com sua vocação democrática e igualitária. Os africanos, insignificantes inclusive numericamente, tenderiam a desaparecer no processo de mestiçagem e de branqueamento. (Xavier, 2013, p. 2)

Além dessa política, é preciso levar em conta a criação da tradição gaúcha dentro dos CTGs (Centros de Tradição Gaúcha). Segundo Oliveira e Carvalho (2009, p. 72), "é nesse momento que surgem os primeiros CTGs, importantes difusores de uma concepção de identidade regional que não contemplava os negros". Esse fato influenciou ainda mais o apagamento do negro gaúcho, pois a busca por uma identidade regional não o incluía, nem sua participação na história e na construção do estado, mesmo que difundisse a ideia de uma sociedade igualitária. O negro gaúcho não era igual ao branco gaúcho.

Porém, o que poucos sabem é que o estado possui, sim, uma comunidade negra, cujos ancestrais resistiram no processo de formação do estado e foram utilizados na linha de frente da Revolução Farroupilha, com a promessa de que obteriam sua liberdade. Esses ficaram conhecidos como Lanceiros Negros. Por meio de novas pesquisas e questionamentos sobre a história do estado, como mencionam Oliveira e Carvalho (2009), é possível fazer um resgate de trabalhos relacionados ao negro no estado, como:

"...importantes questionamentos sobre a importância demográfica e social do negro na formação histórica do Rio Grande do Sul, primeiramente com a tese do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1962) e posteriormente com as publicações de Maestri Filho (1982) e Bakos (1982). No campo dos movimentos sociais, destaca-se a atuação de ativistas negros como Oliveira Silveira, com publicações de poemas muito conhecidos e até hoje declamados por integrantes dos movimentos negros do estado. Importante papel foi desempenhado também pela revista "Tição", que em seu no 2/1979 conta com o texto "O Negro em Armas no Sul". (Oliveira e Carvalho, 2009, p. 74 - 75).

Ou outras obras mencionadas no texto dos autores o negro "passa" a ser colocado como agente da formação do estado e principalmente como pertencente ao sentimento de "ser gaúcho".

Verifica-se um processo de reelaboração identitária do “ser gaúcho” onde o negro passa a reivindicar seu espaço na formação histórica deste estado, construindo um sentimento de pertencimento à história do Rio Grande do Sul justamente através do principal ícone identitário regional: a Revolução Farroupilha. (Oliveira; Carvalho, 2009, p.76)

No entanto, a promessa de liberdade não foi cumprida, pois não era do interesse das elites do estado perder a mão de obra escravizada. Segundo Oliveira e Carvalho (2009), alguns dos escravizados que não foram massacrados tiveram os seguintes desfechos: foram enviados para a capital do Império como libertos ou se refugiaram no país vizinho, o Uruguai, vivendo como homens livres nas grandes cidades ou em quilombos.

Embora seja difícil encontrar o negro sendo representado na história gaúcha, abordar os Lanceiros Negros é importante para lembrar ou conhecer esse período, pois quebra a ideia de que o sul não tem nenhuma representação negra, principalmente de pessoas que foram importantes e lutaram pela sua liberdade.

Já a respeito dos quilombos no Rio Grande do Sul, Maestri pontua que:

Os primeiros quilombos sulinos datam talvez do início da ocupação lusitana. Já na primeira metade do século 18, cativos fugiam dos escravizadores; na segunda metade, temos o registro do arroio Quilombo, afluente do Jaguarão; a nomeação de capitães-do-mato, em Porto Alegre, em 1798. No século 19, a documentação sobre quilombos torna-se abundante. (Maestri, 2006, p. 156)

Atualmente segundo um diagnóstico feito pelo Estado do Rio Grande do Sul em 2023³ consta que “As comunidades quilombolas certificadas estão localizadas em 67 municípios do estado, sendo que 113 comunidades estão em áreas rurais e 17 em áreas urbanas.” (Kroeff *et al.*, 2023, p.31) além de que “Os respondentes estimam que estas comunidades tenham 7.679 famílias, sendo 6.506 em áreas consideradas rurais, 1.173 em áreas urbanas, em número de indivíduos seriam cerca de 20.252 pessoas em áreas rurais e 4.354 pessoas em áreas urbanas.” (Kroeff *et al.*, 2023, p. 31).

Tabela 1 – Número de comunidades certificadas, famílias e pessoas por região.

Mesorregião	Nº de	%	Nº de	%	Nº de	%
o IBGE	comunidades		famílias		pessoas*	

³ KROEFF, Denise Reif et al. Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023. 128 p.

quilombolas certificadas						
Centro Ocidental Rio Grandense	12	9,23	1028	13,39	3.566	14,49
Centro Oriental Rio Grandense	7	5,38	398	5,18	1.374	5,58
Metropolita na de Porto Alegre	33	25,38	3.061	39,86	10.481	42,60
Nordeste Rio- Grandense	1	0,77	80	1,04	128	0,52
Noroeste Rio- Grandense	15	11,54	668	8,70	1.816	7,38
Sudeste Rio- Grandense	50	38,46	2.136	27,82	6.401	26,01
Sudoeste Rio- Grandense	12	9,23	308	4,01	840	3,41
Total	130	100,00	7.679	100,00	24.606	100,00

*Uma comunidade não informou o número de pessoas, mas informou o número de famílias. Fonte: Kroeff (2023, p. 32)

A comunidade quilombola Beira Campo é uma das 130 comunidades de remanescentes de quilombo do estado. Localizada na parte urbana do município de Sarandi, onde antes era considerada área rural, a comunidade é conhecida como Linha Beira Campo.

Ela está localizada perto da BR 386, a aproximadamente 4 km de distância do centro da cidade, que possui posto de saúde, igrejas e salão comunitário. Porém, não há escola na comunidade, e todos os estudantes precisam se deslocar até escolas de outros bairros.

O GeoPortal do município de Sarandi disponibiliza um mapeamento com bases cadastrais e informações do Google Maps, que possibilita visualizar localidades da comunidade sarandiense. A imagem a seguir, por exemplo, mostra toda a linha Beira Campo:



Fonte: “Município de Sarandi - CTMGEO - SigWEB”, 2023

Nosso diálogo com o quilombo ocorre desde 2023, quando fiz um verbete com eles, e desde então continuamos em contato. No dia 25 de abril de 2025, sexta-feira, foi realizada uma entrevista na residência do presidente da comunidade remanescente de quilombo Beira Campo. A conversa contou com a presença do presidente Pedro Luis dos Santos, de sua filha Elaine dos Santos e do vice-presidente Sandro de Oliveira Chagas, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a comunidade.

A comunidade quilombola Beira Campo possui certificação da Fundação Cultural Palmares desde 2016. Lúcia Martins dos Santos (in memoriam) foi a pioneira na caminhada em busca do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, e sua associação leva hoje o nome da homenageada.

Como visto na imagem anterior, a linha Beira Campo é grande e possui uma grande quantidade de casas, sendo assim vários moradores fazem parte desse local. Porém, segundo os entrevistados, há uma divisão dentro da linha Beira Campo, pois há o lado "branco" e o lado "negro". As famílias da comunidade de remanescentes moram na rua conhecida como Rua da Assembleia de Deus.

No Geoportal, há uma rua sem nome, onde essas famílias se encontram, enquanto as demais são ocupadas por pessoas que não fazem parte da comunidade.



Fonte: “Município de Sarandi - CTMGEO - SigWEB”, 2023

Mesmo tendo obtido sua certificação em 2016, os remanescentes não têm grande visibilidade no município. Por exemplo, até 2023, houve apenas quatro encontros para celebrar a resistência e a cultura deles na cidade.

Nas imagens abaixo, é possível ver o presidente da comunidade Beira Campo com o microfone, e ao seu lado, o vice-presidente fazendo um discurso no momento de comemoração alusivo ao Dia da Consciência Negra em 2023, além de uma foto com os participantes do evento.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Arquivo pessoal

Poderíamos falar sobre vários pontos a respeito da comunidade de remanescentes de quilombo Beira Campo, mas entendemos que seria necessário um trabalho de maior fôlego.

Por isso, nessa pesquisa, daremos mais ênfase a assuntos relacionados à educação e à comunidade.

Segundo os entrevistados, as crianças da comunidade estudam em escolas da rede municipal e estadual, desde a creche até o ensino médio, e também há aqueles que estão no ensino superior. Ao perguntarmos sobre a correlação entre escola e quilombo, ficamos sabendo que, no mês de novembro, para a celebração do Dia da Consciência Negra, a escola mais próxima, que recebe alunos do quilombo tanto no ensino fundamental (anos iniciais e finais), leva alguns de seus alunos para conhecer a comunidade. No ensino superior, algumas turmas de agronomia já foram até a comunidade para ver a plantação de mandioca e como ela ocorre, sendo esse o único contato que as comunidades escolares têm com a comunidade quilombola.

Em nossas conversas, Elaine dos Santos, filha de Seu Pedro, que tem uma filha na escola, pontua que sempre reforça com ela a importância da identificação como quilombola e pergunta quais conteúdos ela aprende e se a figura do negro está presente nessas aulas.

Nossos entrevistados abordaram o preconceito racial que sofrem da comunidade e como transmitem aos mais novos a importância da autoafirmação. Relatos de sua infância pontuam momentos em que, no passado, quando havia uma escola dentro da Linha Beira Campo, alguns comentavam que era a "escola dos pretos", e os pais brancos procuravam escolas fora daquela localidade.

A entrevista na comunidade quilombola Beira Campo foi muito produtiva. Tive a oportunidade de fazer uma caminhada pela comunidade, conhecer o local e ouvir mais histórias daqueles que resistem e contam suas vivências ligadas à educação.

Por meio de documentos disponibilizados pela Secretaria de Educação do município, encontramos a escola desativada que fazia parte da Linha Beira Campo: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Angelina Zanonatto, que oferecia aulas do pré-escolar ao 4º ano do ensino fundamental.

Em 2007, foi solicitada a extinção da escola, com a justificativa de que o número de alunos estava reduzindo anualmente, não havendo perspectiva de aumento da demanda

escolar para os próximos anos. A escola polo teria capacidade física para receber os alunos, e um transporte escolar seria oferecido pelo município. Assim, os alunos passariam a integrar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Luiz Vigna, que fica a 4 km de distância.

Até hoje, a E.M.E.F. Pe. Luiz Vigna recebe os alunos do quilombo e da linha Beira Campo, escola que também visitamos. Para melhor entendimento das quantidades relacionadas à educação, a próxima tabela trará informações retiradas do site do IBGE ou pontuadas pela própria comunidade ou direção da escola. Vejamos:

Tabela 2 – Número de alunos no ensino fundamental, oriundos do quilombo e da EMEF Pe. Luiz Vigna.

Matrículas do ensino fundamental	Alunos oriundos do Quilombo em escolas da rede municipal.	Quantidade de alunos na EMEF Pe. Luiz Vigna	Quantidades de alunos quilombolas na EMEF Pe. Luiz Vigna
2685 ⁴	28	267	10

Em nossa conversa com a direção e a coordenação da E.M.E.F. Pe. Luiz Vigna, tivemos acesso a documentos nos quais apontamos a ausência de elementos que fizessem ligação à comunidade quilombola e à sua história, que pudessem ser utilizados para a construção de uma cultura escolar. Apenas no programa AABB Comunidade (Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil) há oferta de ensino de capoeira para os alunos, visando favorecer a coordenação motora, a autoestima, a criatividade, o campo visual, a administração de tempo e espaço no movimento.

Na presente pesquisa, ressalto as vivências ligadas à educação, mas o caminho de conhecer mais sobre a história da comunidade quilombola Beira Campo é muito importante, pois "o que não está visível passa a não ser palpável. Isso gera menos mobilização para a implementação de ações que levem à garantia de direitos, como o de educação" (Maria *et al.*, 2021, p. 37).

Para entendermos o próximo capítulo e as intenções desta monografia, foi essencial dar visibilidade aos integrantes do Quilombo de Sarandi e suas experiências, pois assim é

⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sarandi/panorama>>.

possível mobilizar e reivindicar os direitos a uma educação escolar quilombola, que conheceremos a seguir.

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Neste capítulo farei uma apresentação das Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola e quais são as suas possibilidades e contribuições para os remanescentes de quilombo dentro do ensino. Sendo assim, primeiro irei pontuar a trajetória e a importância do negro e sua resistência na educação até suas conquistas, como, por exemplo, as diretrizes, e também trabalharei com o recorte da comunidade Beira Campo e os possíveis cenários no ensino do município de Sarandi.

A professora Nilma Lino Gomes, em sua obra *O Movimento Negro Educador*, pontua em suas considerações finais que “A educação, de um modo geral, deveria ser o campo por excelência a construir muitas entradas e saídas nas fronteiras que nos separam” (2018, p. 137), ou seja, a nós educadores cabe a responsabilidade de construir em sala de aula e na comunidade escolar pontes que agreguem todas as diversidades, pois de acordo com Paulo Freire (1999 *apud*, Gomes, 2018, p. 136) “Na pedagogia da diversidade, a educação é vista como prática de liberdade, como um ato de amor, um ato político, e por isso, um ato de coragem”.

Em sua obra, a professora relembra as participações importantes do Movimento Negro na construção e reivindicação de direitos por meio de atos tanto políticos quanto sociais, buscando garantir ao povo negro uma nova perspectiva em sociedade, principalmente como agente de sua história. Gomes (2018) sinaliza diversos pontos essenciais nos quais o Movimento Negro teve participações para essa construção, por exemplo:

Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico. (Gomes, 2018, p.17)

Na educação não foi diferente, o Movimento Negro certamente fez parte das reivindicações de demandas educacionais e Gomes (2018, p. 35-36) ressalta uma das mais importantes para a construção de uma educação antirracista:

Foi também no início do terceiro milênio que uma demanda educacional do Movimento Negro desde os anos de 1980 foi finalmente contemplada. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio. Regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/04 e pela Resolução CNE/CP 01/04, essa lei foi novamente alterada pela Lei 11.645/08, com a inclusão da temática indígena.

Não é possível escrever uma pesquisa sobre a comunidade negra e sua relação com a educação sem abordar a importância do movimento negro. Eles sempre lutaram pelos seus direitos territoriais e de representatividade, demonstrando resistência para serem vistos e reconhecidos como parte da sociedade brasileira. Além disso, combatem o racismo estrutural presente no cotidiano, às vezes de maneira bem visível, outras vezes de maneira mais velada. Nessa trajetória de luta, a educação não é deixada de lado, pois é uma das bases para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, entendemos que, por meio das práticas educacionais, seria possível construir uma sociedade longe do racismo estrutural ou combatê-lo dentro das salas de aula. Por meio das lutas vivenciadas pelo Movimento Negro, a demanda por uma educação que inclua o ensino da história e da cultura afro-brasileira se tornou realidade, colocando o negro não apenas como o sujeito escravizado, mas como parte da história. Ou seja, a resistência do negro não deve ser pautada apenas no dia 20 de novembro, mas em todo o calendário escolar.

Graças às reivindicações do movimento negro e das comunidades quilombolas, não nos limitamos à Lei 10.639/03, mas avançamos com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, em 2012.

Para iniciarmos nossa jornada de conhecimento das diretrizes, apresentarei um cordel de Maria Senhora G. dos S. Gonçalves, intitulado "Vozes da Educação Quilombola", presente no livro "Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos", organizado por Givânia Maria da Silva, Romero Antonio de Almeida Silva, Selma dos Santos Dealdina e Vanessa Gonçalves da Rocha, após o evento "A I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola", ocorrido em 2020. O cordel nos diz:

A Jornada Virtual
Da Educação Quilombola
Semente que foi plantada
No terreno da memória
Construiu Conexão
Foi a maior formação

Já vista em nossa história
 As mesas foram compostas
 Por mentes descolonizadas
 Educadores, educadoras
 E apoiadores da jornada
 Os quilombos brasileiros
 Sacudiram o mundo inteiro
 Na formação continuada.

Foi lindo ver nosso povo
 Com tanta desenvoltura
 As forças dos ancestrais
 Fortalecem essa cultura
 Nossos saberes são ricos
 Têm de estar nos currículos
 As nossas literaturas

A escola é espaço
 De desconstruir o racismo
 De falar do povo negro
 E do seu protagonismo
 Quero ver Nelson Mandela
 E Tereza de Benguela
 Na capa dos nossos livros

Da educação infantil
 Até a universidade
 O povo negro assistiu
 Sua invisibilidade
 Cota não é esmola
 É reparação histórica
 É direito, é liberdade

A nossa pedagogia
 É lutar por equidade
 Não haverá democracia
 Sem especificidade
 Não aceito preconceito
 Sou sujeito de direito
 Respeite minha identidade

É preciso despertar
 Os currículos das escola
 Os livros têm que mostrar
 As mulheres quilombolas
 O nosso protagonismo
 É arma contra o racismo
 E ações escravatórias
 Chega dessa história

De achar que é normal
 Tirar nossa vida
 É notícia em jornal
 O teu preconceito
 Não enxerga minha dor?
 Chega de tortura
 De regime opressor!

Aqaltune e Dandara
 São exemplos de bravura

Guerrearam de bravura
 Guerrearam em Palmares
 Contra toda escravatura
 Nos deixaram esse legado
 Como forma de recado
 Para as gerações futuras

Sou negra, sou quilombola
 E sei bem o meu papel
 Vim deixar o meu recado
 Através desse cordel
 A nossa literatura
 Faz tremer as estruturas
 Como vento em carrossel

Tem a Nilma Lino Gomes
 Mulher de muitos talentos
 Através da sua voz
 Promove quilombamento
 Mentora das diretrizes
 Que curou as cicatrizes
 E séculos de apagamento
 Quero parabenizar
 A mentora da jornada
 Givânia Maria da Silva
 Uma sertaneja arretada
 Através das parcerias
 Viu a tecnologia
 Da turma conectada

Vou ficando por aqui
 Agradeço a atenção
 Unidos somos mais fortes
 Contra toda opressão
 Quebraremos as correntes
 Plantando novas sementes
 No terreiro do sertão (Silva *et al.*, 2021, não paginado)

Mas por que trazer esse cordel para a pesquisa? Bom, além da sua “boniteza”, o mesmo traz pontos importantes dessa caminhada feita principalmente pelas matriarcas da educação escolar quilombola. Poderíamos até mesmo utilizá-lo para tratar neste capítulo, esmiuçando cada estrofe e seu significado, pois, lendo-o, podemos enxergar os passos da construção de uma educação escolar quilombola até o evento em que foi apresentado, e essa é uma forma especial de introduzir o assunto que trataremos nesse momento.

Conforme mencionado na introdução deste capítulo, o livro do qual esse cordel foi retirado foi organizado após a I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola, que ocorreu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2020, com a parceria da Universidade de Brasília (UnB) e do Coletivo Nacional de Educação Quilombola da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). O evento foi intitulado "Educação Quilombola: Territorialidades, Saberes e as Lutas por Direito". A obra conta com a

contribuição de renomados pesquisadores, pensadores e professores que trabalham com o assunto, oferecendo uma introdução aos direitos das comunidades, relatos de formações docentes e práticas pedagógicas desde a educação infantil até a universidade. Arriscaria dizer que é uma ótima leitura para quem ainda não conhece as diretrizes, assim como para aqueles que as conhecem, mas ainda não tiveram contato com as possibilidades. O livro termina com uma carta que destaca pontos cruciais do evento e apresenta novas reivindicações.

"A Educação Escolar Quilombola é fruto das lutas do movimento quilombola em todo o Brasil" (SILVA *et al.*, 2021, p. 15). No I Encontro Nacional dos Quilombos do Brasil, em 1995, foi apresentada uma carta reivindicando a implementação de uma educação de primeiro e segundo graus adaptada à realidade das comunidades negras rurais quilombolas, entre outros pontos. A marcha dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, que ocorreu no mesmo ano, também contou com reivindicações por uma educação que mencione, com respeito e valorização, a história do negro no país, principalmente a dos quilombolas (Silva *et al.*, 2021).

Um capítulo atrás, pontuamos algumas das conquistas obtidas pelo movimento negro na educação e, devido às lutas e reivindicações feitas também pelas comunidades de quilombo, não foi diferente. Dessa forma, obtiveram conquistas significativas para os remanescentes na educação.

Uma dessas conquistas ocorreu em 2012, com fundamento no Parecer CNE/CEB 16/2012, aprovado em 5 de junho, e na Resolução CNE/CEB 8/12, aprovada em 20 de novembro, que promulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, estabelecendo como ela deve ser implementada e quais são seus objetivos.

Para compreendermos melhor a Educação Escolar Quilombola, apresentamos a seguir os objetivos mencionados no Art. 6º dessas diretrizes, que são de extrema importância para uma melhor compreensão das possibilidades e limitações dessa educação:

- I - orientar os sistemas de ensino e as escolas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;
- II - orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

V - fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;

VI - zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;

VII - subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira.⁵

Primeiramente, compreendemos como esse direito deveria ser garantido às comunidades quilombolas pelo Estado, cabendo a ele, além dos municípios, sua efetivação. Como mencionado na introdução desta pesquisa, é necessário lembrar que a "escola quilombola" não precisa estar localizada dentro da comunidade de quilombo, mas sim aquela que recebe um número significativo de alunos oriundos desse remanescente como consta no item IV do Art. 1º da resolução.⁶

Outro ponto que precisamos considerar ao observar os objetivos é que o ensino da educação quilombola não se restringe a um único dia do ano letivo. Sabemos que algumas unidades escolares, ao buscarem cumprir a Lei 10.639/03, trabalham a cultura e a história do afro-brasileiro apenas no Dia da Consciência Negra. Embora alguns municípios e escolas escolham o mês de novembro para tratar do assunto por meio de palestras, encontros e celebrações, no resto do ano o negro continua de lado e as ações antirracistas na educação são deixadas de lado.

As diretrizes já não podem passar por isso, pois elas invocam para um ano letivo inteiro com trabalhos nos quais as vivências na comunidade escolar devem estar ligadas à vivência quilombola, tornando assim uma escola quilombola. Ou seja, todas as práticas pedagógicas devem passar por mudanças, segundo Bárbara Oliveira Souza e Givânia Maria da Silva em sua introdução:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica buscam garantir uma pedagogia própria, o respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, a formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, com base nos princípios

⁵ Resolução CNE/CEB 8/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 4-5.

⁶ Resolução CNE/CEB 8/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26.

constitucionais, na Base Nacional Comum Curricular e nos princípios que orientam a Educação Básica brasileira (Souza e Silva, 2021, p. 35).

Ao observar as pontuações e mudanças necessárias para colocar as diretrizes em ação, tem-se a impressão de que é impossível colocar em prática todas as pautas. No entanto, já existem escolas quilombolas em nosso país que estão em processo de modificação, e outras são usadas como referência por apresentarem maior desenvolvimento.

Na coletânea do livro *Educação quilombola: territorialidades, saberes e lutas por direitos*, por exemplo, encontramos relatos de professores que vivem essa realidade da educação escolar quilombola. Viviane Marinho Luiz, por exemplo, traz sua experiência com crianças em salas de aula multisseriadas nas comunidades quilombolas do Vale da Ribeira, no estado de São Paulo (Luiz, 2021). Suas ações pedagógicas estão ligadas à alfabetização, buscando diminuir as desigualdades vivenciadas por crianças quilombolas que não frequentam creches voltadas para uma educação quilombola e vão diretamente para o primeiro ano. Luiz traz exemplos de suas ações como professora:

Dentro da minha sala de aula, por exemplo, no canto da leitura, há uma esteira feita por uma artesã da comunidade. A criança chega no cantinho da leitura e há almofadas feitas com as fibras da bananeira por artesãs da comunidade. Os livros selecionados valorizam a pluralidade ético-cultural brasileira, contemplando as bases legais da educação, tais como as Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 e a Resolução 8/2012 que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. (Luiz, 2021, p. 148).

Outros exemplos são os vivenciados por Givânia Maria da Silva no Quilombo de Conceição das Crioulas. Desde seu ingresso no curso superior, ela está engajada na construção de uma educação para o quilombo, tendo compreendido sua responsabilidade como professora: “... era muito maior e não era simplesmente de aprender a ler esse mundo que a escola não tinha me dado, não tinha me oferecido, mas era de contribuir para que os quilombos do Brasil pudessem ler sua própria história; uma história negada e silenciada” (Silva *et al.*, 2021, p.70). Também trabalha na construção de uma formação iniciada e continuada para professores (as) na educação de tal quilombo e seus debates. Vejamos:

.As Leis no 10.639/20032 e no 11.645/2008,3 e, mais recentemente, a Resolução CNE no 08,4 homologada pelo ministro da Educação em 20 de novembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, trouxeram para o currículo da educação básica, do ensino superior e, conseqüentemente, para a formação de professores(as), novos desafios. Explicitam ainda mais a necessidade de se estabelecerem espaços para a inclusão da educação para as relações étnico-raciais e quilombola nos sistemas

educacionais do Brasil. A superação ou o preenchimento das lacunas identificadas nos processos formativos, principalmente na formação de professores(as), precisam ser debatidos e incorporados não apenas por alguns setores e instituições formadoras desses profissionais, mas também pelo conjunto dos espaços por onde passam a formação, seja ela inicial ou continuada. (Nordeste e Silva, 2014, p. 26)

O trabalho "Educação antirracista no quilombo da Caveira: os desafios da construção de uma escola quilombola", de autoria de Juliana Pacheco de Oliveira em seu mestrado profissional em ensino de história, também aborda as possibilidades proporcionadas pela educação quilombola para as comunidades, além, é claro, das dificuldades enfrentadas por todos os educadores que buscam garantir os direitos reservados aos quilombolas.

Mas, afinal, qual é a importância dessa educação? Para romper com uma educação bancária, na qual apenas depositamos nosso conhecimento no educando, é preciso, primeiramente, nos libertar das ideias que nos foram colocadas desde a infância até, em alguns casos, o ensino superior..

Nesta pesquisa, mencionamos a professora Nilma Gomes, que cita a pedagogia da diversidade de Paulo Freire. Para chegarmos a essa pedagogia, porém, precisamos passar pela pedagogia da libertação. Como educadores que buscam romper com a educação tradicional e colonizadora, é necessário percorrê-la e, assim, construir com os alunos um ensino que faça sentido para aqueles que estão em sala de aula e estão inseridos na sociedade.

Com a comunidade quilombola não é diferente: ela também necessita de uma educação que faça sentido para suas vivências em sociedade e comunidade. Como nos lembra Silva neste trecho:

A Educação Escolar Quilombola não pode fazer com que as nossas crianças não aprendam a falar e reconhecer a si mesmas e os seus territórios. Ela precisa fazer com que conheçam as outras linguagens, sem esquecer a delas próprias, do seu jeito de falar, com sotaques, sem serem repreendidas por que os externos acham errado. **Se a educação tem ajudado a silenciar as formas de organização e jeitos próprios, isso é uma violência.** Se a escola tem ajudado nisso, nós temos a tarefa de desfazê-lo e construir o uma educação para relações étnico-raciais, uma educação antirracista e emancipadora, e seguir transgredindo de Paulo Freire e como nos afirma a pesquisadora freireana bell hooks que nos diz que ‘é possível transgredir pela educação’.(Silva *et al.*, 2021, p. 81, *grifo nosso*).

Dessa forma, compreende-se que a educação escolar quilombola proporciona aos estudantes um local de pertencimento e identificação. Se a educação não está considerando esses aspectos, devemos romper com as paredes que nos limitam.

É óbvio que existem algumas limitações para a efetivação das diretrizes curriculares, pois elaborar um plano político-pedagógico não é um desafio fácil, principalmente quando se trata de pontos tão específicos, como a educação quilombola. Porém, não é impossível. Silva comenta que:

Cabe destacar, portanto, que não há falta de legislação sobre o tema. Há, sim, um histórico de omissão estatal para efetivação desse direito à educação nas comunidades quilombolas, de forma plural e dialogada com suas identidades, apesar de as legislações em vigor garantirem esse direito. (Silva *et al.*, 2021, p. 52)

Dessa forma, levantamentos sobre comunidades quilombolas feitos pela Fundação Cultural Palmares são de extrema importância para identificar suas localidades e verificar se possuem ou não uma escola quilombola. Trabalhos, pesquisas e conversas entre universidades e comunidades de remanescentes também são necessários para que haja produção de conhecimento e saberes, inclusive entre os próprios quilombolas, a respeito de seus territórios, desencadeando cada vez mais produção na educação e garantindo seus direitos.

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS POSSIBILIDADES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA BEIRA CAMPO.

Com todos os diálogos e apontamentos feitos até aqui, nos quais compreendemos os processos vivenciados para a garantia dos direitos a uma educação quilombola no país e conhecemos um pouco das diretrizes e da apresentação da comunidade de remanescentes do Quilombo Beira Campo, neste momento construiremos possíveis possibilidades que a educação escolar quilombola viabilizaria para o Quilombo Beira Campo, caso o município de Sarandi a ofertasse em sua educação básica.

Georgina Helena Lima Nunes afirma que "Entre tantos aprendizados, a Educação Escolar Quilombola deve fortalecer identidades, valorar o território e, acima de tudo, produzir autoconhecimento" (Nunes, 2021, p. 91). Identidade, território e autoconhecimento são três aspectos negligenciados e roubados dos negros durante o processo de escravização e até mesmo após a abolição no Brasil, mas que podem ser trabalhados e devolvidos à comunidade quilombola por meio da educação.

O próprio quilombo, por si só, resiste, mesmo passando por um processo de apagamento de sua história, pela falta de garantia de seus territórios e pelo racismo que continua latente. Esses são pontos cruciais que impulsionam o fortalecimento das comunidades de remanescentes. Como nos diz Beatriz Nascimento (2018, *apud.* Gomes, 2021, p. 195), "Diante da perda do lugar, da quebra dos vínculos, dos séculos de violência racial e da negação da humanidade provocados pelo racismo, os quilombos constituem prática da autonomia negra — Ato primordial para refazer a vida individual e coletivamente".

Com o quilombo Beira Campo não é diferente. Relatos sobre o racismo sofrido na linha Beira Campo, que causou uma divisão entre negros e brancos, são um exemplo nítido da violência velada sofrida pelos moradores do quilombo. Mesmo depois de obterem o registro de suas terras pela Fundação Cultural Palmares, eles continuam negando sua existência. Para ilustrar melhor, uso minha vivência empírica: tive que sair do meu município natural, Sarandi, para conhecer, na universidade, a comunidade quilombola Beira Campo.

A riqueza de nossa sociedade está em sua pluralidade: músicas, danças, culturas, religiões, histórias, entre outros elementos, formam nosso país. Os quilombos não são diferentes: além de fazerem parte dessa diversidade, ainda passam pelo processo de resistência (Silva *et al.*, 2021, p. 53):

As comunidades quilombolas são parte fundamental dessa riqueza, e **seguem lutando por suas identidades e por seus territórios, para neles e com eles construir uma vida digna em que a liberdade**, valor que moveu e move a luta histórica da população negra, no Brasil e na diáspora contra a escravidão, permanece na contemporaneidade, agora contra as novas formas de escravização das pessoas negras. (*Grifo nosso*).

O Quilombo Beira Campo só existe porque resiste, e isso se deve à sua comunidade unida, que busca vencer as barreiras do racismo. No entanto, não podemos deixar de lado o papel da educação, que poderia proporcionar mais forças e coragem para a continuidade de suas lutas por direitos, produzindo mais identidade, ajudando na luta pelo território e proporcionando autoconhecimento.

A invisibilidade dessa comunidade dificulta ações que poderiam ajudar nas reivindicações do quilombo tanto na educação como no território pois "...a luta pelo direito à educação é também a luta pelo direito ao território" Silva.,*et al* (2021) além de que a produção de uma educação escolar quilombola precisa estar ligado ao que faz sentido para a

comunidade e suas vivências como nos lembram Bárbara Oliveira Souza e Givânia Maria da Silva:

Por fim, cabe, mais uma vez destacar o enorme vínculo entre a educação e os territórios tradicionais, dado que os territórios estabelecem uma relação estrutural com a identidade coletiva desses grupos, o que traz reflexos marcantes à existência social, cultural, histórica e econômica das comunidades quilombolas. Cabe destacar que a ausência de dados sobre os territórios contribui ainda mais para a invisibilidade das comunidades quilombolas e dificulta as ações do movimento quilombola na defesa do direito à educação. (Silva *et al.*, 2021, p. 44).

Dessa maneira, a Educação Escolar Quilombola poderia impulsionar ainda mais a comunidade de remanescentes de quilombo Beira Campo, tornando-a mais visível e beneficiando os alunos da comunidade, que se fortaleceriam em sua identificação dentro da sala de aula. Além disso, haveria uma ligação com o território, deixando claro que existe uma comunidade quilombola no município de Sarandi.

3.2 EDUCAÇÃO E ESCOLA DOS PRETOS OU PARA OS PRETOS.

Nas conversas realizadas com a comunidade quilombola desde o nosso primeiro contato, ainda em 2023, foi possível conhecer diversas situações vivenciadas pela comunidade. Uma delas deu origem ao nome do presente trabalho: o vice-presidente relatou que, quando era mais novo, a escola localizada no bairro Beira Campo, que recebia todos os alunos, era chamada de "escola dos pretos". Isso fazia com que alguns pais optassem por colocar seus filhos brancos em outras escolas, não tão próximas, mas onde esse "problema" não existiria.

Ao tomar conhecimento dessa vivência, além de querer estar em contato com a comunidade quilombola e entender sua trajetória de resistência no município, surgiu a necessidade de compreender onde ficava essa escola "dos pretos" e se ela era para eles ou não.

A escola que funcionava no bairro encerrou suas atividades e os alunos foram realocados para escolas do município, principalmente para a EMEF Pe. Luiz Vigna, que atende estudantes do bairro Beira Campo, de Santa Gema e de outros bairros do município.

Dessa maneira, a pergunta se dirige àquela escola: ela seria uma escola de pretos ou para pretos? Há uma representação da história e da cultura negra? Em que momento os estudantes quilombolas se veem no ensino? É possível que alguém leia essas questões e pense que estamos olhando apenas para os alunos do quilombo. No entanto, nosso trabalho, nesse

momento, usa o recorte da comunidade quilombola Beira Campo. Porém, a ligação da questão vai além: é importante ressaltar que estamos considerando as vivências de racismo da comunidade, mas também pensando em outras crianças negras que não fazem parte do quilombo Beira Campo e estão inseridas em escolas da rede municipal.

Após a pesquisa de campo, as conversas com a comunidade e a leitura dos planos e políticas pedagógicas, notamos que a escola não é para os pretos. Ainda há uma falta de um ensino que olhe para a comunidade quilombola Beira Campo. Essa falta não acontece apenas na educação. Até mesmo no dia 20 de novembro, o município deixa de lado a comemoração do Dia da Consciência Negra, sem nenhum movimento.

Dessa forma, surge um novo questionamento que pode ser trabalhado em pesquisas futuras: o Quilombo Beira Campo será incluído na história do município? O poder público reconhece a importância dessa comunidade? Como vamos reivindicar uma escola para os pretos feita com eles, com suas histórias, culturas e vivências, se no próprio movimento da cidade ainda se nega a existência de tal?

Neste capítulo, destacamos como uma educação escolar quilombola pode fazer a diferença na vida das comunidades remanescentes. Ao abordar identidade e autoafirmação, reforço que a escola não deveria ser vista apenas como "dos", como forma de posse e que pertencem a eles, até porque, na realidade, não há nada que diga que os quilombolas pertencem a esse ensino. Afinal, não se estuda ou trabalha com eles. O "para" fica para trás, sem qualquer ideia de pertencimento, pois o negro não é visto, não existe mais, pois ficou ligado apenas ao passado escravista do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para escrever esse trabalho, foi necessário compreender melhor a educação recebida pelo Quilombo Beira Campo. Conversei com as coordenadoras da Secretaria de Educação de Sarandi, obtive acesso ao PPP do município e à documentação da escola que atende esses alunos. Sempre busquei estabelecer conexões, pois meu interesse era compreender e identificar oportunidades para a comunidade quilombola no âmbito educacional.

Em todos os momentos, tanto nas unidades de educação quanto na comunidade quilombola, fui muito bem recebida, e tive certeza de que todos gostariam de conhecer as possibilidades de melhoria do ensino no município. Até fui convidada para, junto com a secretaria, elaborar uma forma de destacar a comunidade quilombola Beira Campo na educação do município. Já na escola, fui convidada a pensar em alguma atividade para o Dia da Consciência Negra. Na comunidade quilombola Beira Campo, também fui muito bem recebida, pois era importante para eles que alguém registrasse sua resistência.

Bom, a verdade é que todas essas vivências me deixaram muito animada para a construção dessa pesquisa. No decorrer dela, tive algumas limitações no entendimento do que seria uma educação escolar quilombola e de como seria possível colocá-la em prática. Mas um passo de cada vez: agora era o momento de visualizar as possibilidades.

Sem romantizar todos os percalços enfrentados por nós, educadores, sabemos que a educação possui pontos difíceis e desafiadores, mas também tem muitos pontos de esperança e de construção de uma sociedade melhor, o que nos motiva a entrar nessa jornada de saber e ensino.

A educação tem sido, há anos, uma forma de resistência, e a educação escolar quilombola não seria diferente. Por isso, defendemos que a educação escolar quilombola é um ponto importante para a resistência das comunidades negras.

Dessa forma, entendemos que, para a comunidade de remanescentes do Quilombo Beira Campo, uma educação focada em pautar sua memória e sua cultura possibilitaria à comunidade a identificação, o autoconhecimento e a garantia do direito ao território.

Os convites recebidos durante a pesquisa demonstram o interesse do poder público e da comunidade escolar quilombola na construção de uma educação que promova, por meio de

suas diretrizes, a afirmação da identidade e um espaço de luta, reafirmando que um dos papéis da educação escolar quilombola está ligado a um ato político.

Dessa forma, acreditamos que é possível construir uma educação que esteja de acordo com os direitos das comunidades quilombolas e que os efetive. Entendemos que esse trabalho não se esgota aqui, mas pode abrir espaço para investigações e questionamentos sobre como colocá-lo em prática, assim como é feito em outros locais, porém pautado na realidade da comunidade Beira Campo.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. Jangwa Pana, v. 8, n. 1, 2009, p. 102-121.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.
 Certificação Quilombola. Disponível em:
<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protECAo-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- FARIA, R. J. DE; ALMEIDA, V. D.; SILVA, C. D. **Cultura Escolar e Ensino de História: Concepções e Reflexões**. Historia, questões & debates: revista da Associação Paranaense de Historia, v. 70, n. 1, p. 331, 2022.
- FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GOMES, Rodrigues. Quilombos, Educação e Justiça Racial. *In*: SILVA, Givânia (org.). **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 194-198.
- JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista brasileira de história da educação nº1 jan./jun. 2001.
- KROEFF, Denise Reif et al. **Quilombolas: Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023.
- LUIZ, Viviane. Infâncias e Juventudes quilombolas no contexto das comunidades quilombolas do Vale da Ribeira-SP. *In*: SILVA, Givânia (org.). **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 143-150.
- MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**. 3.ed.rev.atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MATTOS, Hebe. **"Remanescentes das comunidades dos quilombos": memória do cativo e políticas de reparação no Brasil**. Revista USP, n. 68, p. 104-111, 2006.
- NILMA, Lino Gomes. **O Movimento Negro educador : saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

NUNES, Georgina. Aquilombamento escolar, práticas revisitadas e possibilidades insurgentes: pedagogias e cirandas “que são de todos nós”!. In: SILVA, Givânia (org.). **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 84-91.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira; CARVALHO, Daniela Vallandro. **Os lanceiros Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos**. Chanceler, p. 63, 2009.

SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Romero Antonio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos; ROCHA, Vanessa Gonçalves da (org.). **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, Nádia Maria Vieira da. **A redenção que não houve: as tentativas de branqueamento da população mestiça no Brasil no final do século XIX e inícios do século XX**. In: Revista Digital Simonsen. Nº 09. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941. Acesso em: 18 jun. 2025.

ANEXO A – Roteiro de Perguntas.

Entrevista realizada no dia 25 de abril de 2025 na residência do presidente da Comunidade Quilombola Beira Campo seu Pedro Luis dos Santos junto com sua filha Elaine dos Santos e com o vice-presidente Sandro de Oliveira Chagas. As perguntas seguiram no ritmo da conversa, havia um roteiro, mas também a abertura para mais informações que os entrevistados julgavam relevantes para a pesquisa.

<i>Roteiro da conversa realizada com os líderes da comunidade quilombola Beira Campo.</i>
Qual a história da comunidade? ⁷
E aí, a pergunta que fica agora é como era na educação e como é na educação?
A outra pergunta seria qual é a importância da escola para a comunidade e qual seria, hoje em dia, a comunicação entre as duas? Se existe essa comunicação e se não existe essa comunicação:
O quanto é trabalhada a cultura negra no caso. O que vocês sabem?
A comunidade é convidada a ir até a escola de alguma forma? Alguém para dar alguma palestra, digamos assim? Ou para fazer trança? Não sei, alguma coisa assim?
Entendi. Então, sobre as visitas de escolas na comunidade seria só mais a Santa Gema ou outras escolas também?
E são mais essas de ensino fundamental, tipo, do primeiro ao nono ano? Aqueles mais para ensino médio não, no caso? No caso, a faculdade é só a CESURG? E aí eles vêm para ouvir vocês falar, para participar, para aprender, como é que é?

⁷ As questões e intervenções feitas pela pesquisadora.

ANEXO B – Carta de autorização da entrevista realizada.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

**PARA O LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E LINGUAGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS ERECHIM**

5 Pelo presente documento, _____, _____, carteira de identidade nº....., emitida por....., CPF nº....., residente e domiciliado em _____, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia ____ de _____ de 202_, na cidade de _____, perante o(s) pesquisador(es) _____.

6 Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

7 Fica pois o Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.]

.....

Local

data

Entrevistado

Pesquisador

Testemunhas:

Nome legível:

Nome legível

CPF:

CPF: